



A pesquisa em Ciências Sociais e Humanas na/sobre África: buscando por alternativas

Augustin F. C. Holl¹

Tradução: Carolina Nascimento de Melo²

Revisão da tradução: João Paulo Ferreira³

Resumo: Quais as condições para uma contribuição genuína dos africanos para o conhecimento na África e sua diáspora nas pesquisas em ciências sociais e humanidades? Como são implementadas as agendas de pesquisas e como os cânones são escolhidos? Este artigo retoma essas difíceis e intrincadas questões, baseando-se em uma abordagem de estudos científicos e experiência pessoal. A estrutura da investigação acadêmica varia consideravelmente entre os países, porém, não deixa de ser um dispositivo resistente, tornando as tentativas de genuína cooperação científica e acadêmica extremamente difíceis. Na maioria dos casos, essas tentativas se inscrevem em relações entre dominantes/dominados. Aqueles que possuem os recursos definem as agendas de pesquisa e os cânones válidos, e controlam o campo de conhecimento – particularmente, a respeito do financiamento para as pesquisas e meios de publicação. As estratégias por parcerias mais equilibradas e agendas alternativas sempre fizeram parte do cenário de pesquisa, porém, foram e ainda são sistematicamente marginalizadas nos

-
- 1 Departamento de Antropologia e Etnologia, Escola de Sociologia e Antropologia, Centro de Pesquisa de África, *Belt and Road Research Institute*, da Xiamen University – Fujian – China – gaochang@xmu.edu.cn
 - 2 Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – São Carlos – Brasil – melo.n.carolina@gmail.com
 - 3 Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – São Paulo – Brasil – joapauloferreira@outlook.com

círculos acadêmicos ocidentais. Novas parcerias com potências mundiais emergentes e não-coloniais – China, Brasil e Índia – são sugeridas, a fim de apresentar possibilidades relativas a formas de colaboração mais justas e equitativas.

Palavras-chave: África; ciências sociais; arqueologia; alternativa; parceria; China.

Social Science and Humanities Research in and on Africa: Searching for Alternatives

Abstract: *What are the conditions for genuine contribution of Africans to knowledge in Africa and its diaspora social science and humanities research? How are research agendas set and how are their canons implemented? This paper addresses these two difficult and intricate questions relying on a science-studies approach and personal experience. The structure of academic research varies considerably between countries but is nonetheless a very resilient apparatus, making attempts at genuine scientific and academic cooperation between Euro-Americans and Africans, extremely difficult, turning them in most of the cases into a dominant/dominated relationship. Those controlling the resources set the research agenda and validation canons, and control the knowledge field – funding for research and publications outlets –. Searches for more balanced partnerships and alternative agendas have always been part of the research landscape but they have been, and still are systematically marginalized in Western Academic circles. New partnership with the new emerging world non-colonial tainted world powers, – China, Brazil, India – is suggested to offer possibilities for fairer and more equitable collaborative research.*

Keywords: Africa; social sciences; Archaeology; Alternative; partnership; China.

Introdução

O domínio de pesquisa que abrange as ciências sociais e humanas na África é muito amplo. O movimento contínuo e crescente em direção à interdisciplinaridade torna o delineamento das linhas e a demarcação destas ainda mais difícil. Terá então que depender de uma definição operacional minimalista. Consequentemente, as ciências humanas e sociais incluem todas as formas de pesquisa científica e filosófica voltadas para a compreensão e explicação da condição humana. Algumas – aqui chamadas de ciências históricas – como paleoantropologia, pré-história, arqueologia e história, tratam das dimensões do tempo.

Outras, como é o caso da geografia, pesquisas de habitat, arquitetura, focam na dimensão espacial. Ainda outras, como antropologia, linguística, psicologia, demografia, sociologia e ciência política etc., exploram os padrões dinâmicos sincrônicos das sociedades humanas.

Antes de prosseguir e para fins de esclarecimento, é importante dissociar o lado criativo das humanidades – pintura, escultura, música, literatura, teatro, cinema etc. – dos esforços acadêmicos desenvolvidos para observar, estudar e analisar essas produções da mente humana. Esses são campos de pesquisa importantes nos quais o escritor não tem competência. Treinado inicialmente em história e antropologia, ele mais tarde mudou para a arqueologia antropológica e hoje é uma mente errante e curiosa.

Como sugerido no título por “África” – em vez de africano –, o artigo focaliza na genealogia da produção de conhecimento acadêmico sobre a África e seu povo (Nietzsche, 2005; Mudimbe, 1988), bem como suas mudanças ao longo do tempo. Essa produção de conhecimento remonta ao Egito faraônico, ao período greco-romano (Bernal, 1987; 1991; 2006; Mveng, 2005), ao período clássico árabo-moslem e também à China dinástica. A alteridade cultural – striking differences – está na base dos encontros entre mentes moldadas por diferentes práticas cognitivas e perceptivas. Diferenças percebidas em padrões de comportamento, hábitos alimentares, códigos de vestimenta, estilos de habitação etc., poderiam ter sido elogiadas – bondade, simplicidade, simpatia, generosidade – ou condenadas – canibais, selvagens, bárbaros etc. As narrativas de viagens e relatórios de exploradores e aventureiros europeus moldaram a percepção dos “outros” das elites das sociedades donatárias e influenciaram suas atitudes. A combinação de todos esses gêneros levou à formação da “biblioteca colonial”⁴.

1 – Biblioteca Colonial e hegemonia euro-americana

No que concerne à África, a *intelligentsia colonial* realizou pesquisas fundamentais e aplicadas em quase todos os campos das ciências sociais e humanas. A maioria desses homens e dessas mulheres eram administradores, soldados, oficiais militares, médicos, enfermeiros, missionários etc., do aparato colonial. Alguns tornaram-se estudiosos renomados em seus respectivos campos e contribuíram para a fundação de programas de Estudos Africanos em universidades e instituições de pesquisa europeias e norte-americanas.

4 “Colonial Library” é um conceito desenvolvido pelo filósofo V. Y. Mudimbe e se refere aos textos e epistemologias criados por viajantes europeus que construíam África como um símbolo de alteridade e inferioridade (Mudimbe, 1988) [N/T].

Diferentes escolas, museus, instituições de pesquisa e tradições acadêmicas surgiram na Europa – Berlim, Londres, Paris, Roma, Viena – e América do Norte – Harvard e Columbia.

O difusionismo estava no auge (Hegel, 1837; Ratzel, 1881-1891). Com algumas variações entre os autores, a África era vista como um continente que recebia todas as inovações das populações vizinhas – essencialmente, do Oriente Próximo – por meio de migrações diretas e/ou influência tecnológica.

Os principais temas da Biblioteca Colonial – hierarquia de raças, civilizações e culturas – foram contestados e combatidos inicialmente por intelectuais da diáspora do Caribe e da América do Norte (Antenor Firmin, W. E. B. Du Bois, Sylvester Williams), e posteriormente da África (Cheikh Anta Diop).

As instituições modernas de ensino superior criadas na África foram primeiramente extensões de universidades europeias e de missões cristãs. Achimota College na Gold Coast, Makerere em Uganda, Ibadan na Nigéria, foram as primeiras a funcionar na África subsaariana durante o período colonial. Algiers University, Dakar University, e a University of Cameroon – French Foundation of Higher Education in Cameroon, extensão da Academia de Bordéus –, criadas mais tarde, foram todas instituições francesas nas suas ex-colônias.

A pesquisa arqueológica é, sem dúvida, um desdobramento da colonização europeia. Comunidades nativas africanas desenvolveram diferentes formas e canais para acessar e reviver o passado. Essas diferentes abordagens do passado podem ser sintetizadas para gerar uma compreensão mais ampla e rica das vidas dos africanos no passado?

Este é, precisamente, um dos elementos centrais do desafio das perspectivas pós-coloniais sobre a arqueologia da África e, por extensão, a pesquisa em ciências sociais. O desenvolvimento inicial da pesquisa arqueológica na África foi resultado de conflitos, tensões e negociações dentro da tecnoestrutura colonial. Entre o final do século XIX e início do século XX, não havia currículo arqueológico coerente e bem articulado em parte alguma. No entanto, a pesquisa arqueológica foi conduzida por mentes ousadas e brilhantes, na Europa e na África. Sem uma metodologia padrão e objetivos precisos, a arqueologia “pré-histórica” foi alimentada por grandes controvérsias. O desenvolvimento de uma visão mais secular da história humana, a teoria da “seleção natural”, a validade das narrativas bíblicas, o surgimento de nacionalismos europeus e a bem assentada “divisão primitivo/civilizado” foram suas forças motrizes.

Essas visões de mundo ajudaram a moldar as mentes de praticamente todos os arqueólogos que trabalharam na África Ocidental até a Segunda Guerra Mundial. Uma mudança radical para os dados de campo ocorreu no início dos

anos 1950 com a criação de instituições de pesquisa e o treinamento de arqueólogos profissionais. Paradoxalmente, e por razões compreensíveis, a arqueologia da África Ocidental não foi afetada pela ascensão dos nacionalismos africanos e pelo movimento em direção à independência. A entrada de maior número de africanos no campo teve resultados mistos: comunicação deficiente entre acadêmicos africanos; uma tendência de confiar em ex-potências coloniais que mantinham o controle rígido do campo e praticamente nenhum apoio africano interno significativo para a pesquisa arqueológica.

As agendas de pesquisa eram exatamente as mesmas. Por exemplo, o programa de arqueologia de campo do famoso local de Awdaghost em Gana Antiga – Missão Tegdaoust – liderado por Jean Devisse e Serge Robert, do departamento de História da Dakar University, estava interessado em rastrear a influência árabe e norte-africana no surgimento da urbanização em África Ocidental (Holl, 2006a). Louças vítreas de origens mediterrâneas e do norte da África foram analisadas minuciosamente (Chaleix, 1985), enquanto a cerâmica feita localmente foi negligenciada e permaneceu intocada. As mesmas restrições podem ser aplicadas a um antigo enclave colonial, o Instituto Britânico na África Oriental, cuja agenda inicial de pesquisa arqueológica defendeu as origens do Oriente Médio da civilização Swahili na África Oriental (Holl, 1995, 2006; Schmidt e Patterson, 1995). A estrutura da pesquisa arqueológica europeia na África é claramente de base nacional e uma extensão do alcance europeu, com subtítulos recorrentes como: “Contribuições britânicas para...”; “50 anos de arqueologia francesa na África...”; “Contribuições polonesas para...”; “Contribuições suíças para...”; “Contribuições belgas para...”; “Contribuições alemãs para...”, entre outros (Holl, 2006b). Cada uma dessas entidades, com razão, promove suas realizações. No entanto, tais compreensíveis atitudes geralmente causam mal-estar intelectual, conforme veiculado em uma revisão de *Researching Africa's Past: New Contributions from British Archaeologists*, editado por Peter Mitchell, Anna Haour e John Hobart:

O subtítulo imediatamente chamou minha atenção. É verdade que na arqueologia africana (como em outros campos de conhecimento) geralmente estamos cientes das nacionalidades e filiações de nossos colegas, mas idealmente não permitimos que isso influencie nossa avaliação de seu trabalho ou a forma como debatemos, compartilhamos conhecimento e avançamos o assunto, seja por meio de colaboração formal no campo ou laboratório ou por meio de troca informal. É igualmente verdade que a prática às vezes fica aquém do ideal, como quando se ouve falar de rivalidade imprópria

entre instituições ou seus órgãos de financiamento sobre concessões de sítio, ou ciúme sobre «propriedade» dos resultados e publicidade. Talvez as agências científicas nacionais e os burocratas e políticos que controlam seus fundos tenham direito a uma medida de autocongratulação ocasionalmente. Mas entre nós, verdadeiros pesquisadores comprometidos com a busca do conhecimento, agitar bandeiras não é considerado uma boa forma (Sutton, 2005: 55).

Os ideais de debates abertos e sem preconceitos, avaliação livre e responsável dos resultados da pesquisa e promoção coletiva do conhecimento são atraentes, nobres, mas um mito útil. Pesquisa genuína, debates vigorosos, preconceitos, antagonismo, bem como destruição acontecem nas instituições acadêmicas. A negação da estrutura *demic* das comunidades acadêmicas, com suas redes embutidas de poder e privilégio acadêmico, é uma estratégia pobre para naturalizar uma ordem social existente (Bourdieu, 1984; Bude, 1973). A realidade é bem diferente (Holl, 2009; Schmidt, 2009; Stahl, 2010; Karega e Schmidt, 2010). Qualquer tentativa de trazer à tona as práticas ocultas e não ditas que ainda atormentam a pesquisa em ciências sociais na África é recebida por uma enxurrada de negações. Com a tarefa de escrever uma resenha de *Postcolonial Archaeologies in Africa*, editado por P. Schmidt (2009), Stahl (2010) divulga o conteúdo do livro em precisamente 111 palavras, como segue:

As contribuições para o volume incluem testemunhos pessoais de carreira (capítulos de Chami; Kusimba; Holl; Ndlovu); «descrições densas» de trabalho de campo e negociações comunitárias (capítulos de Bugarin; Denbow e Mosothwane; Walz); estudos de caso focados no Estado-nação ou instituições regionais frente ao treinamento disciplinar e/ou práticas de herança cultural (Karega-Munene no Quênia; Holl e separadamente McIntosh na África Ocidental francófona; Rowlands nas pradarias de Camarões; Schmidt na Eritréia; Segoby na África do Sul), e um ensaio de conclusão de Faye Harrison, uma antropóloga sociocultural (Stahl, 2010: 167).

A resenha do livro deveria avaliar os pontos fortes e fracos dos artigos dos colaboradores. Eles têm diferentes trajetórias de formação, vêm de diferentes áreas geográficas e culturais, com diversas pesquisas e origens institucionais, e estão compartilhando suas experiências pessoais de pesquisa e vida em instituições acadêmicas. Em vez disso, Stahl (2010) usou sua análise para lançar uma introdução de P. Schmidt de ataque frontal. Para ela, os capítulos do livro “variam de envolventes e reflexivos a mal focados e tortuosos. Alguns lidam de

forma robusta com as dimensões estruturais e institucionais de poder/conhecimento, enquanto outros reduzem sua dinâmica complexa a uma narrativa de heróis e vilões” (Stahl, 2010: 167).

Não é nenhuma surpresa que os contribuintes de *Postcolonial Archaeologies in Africa* tenham ficado chocados com a atitude enganosa, paternalista e desdenhosa da professora Ann Stahl. Todos os contribuintes do volume escreveram uma breve declaração intitulada *Silencing Voices in Africa Archeology: Statement by Contributors* e solicitaram que Karega Munene e Peter Schmidt (2020) fornecessem uma maior elaboração. Essa resposta descreve as principais facetas das mentalidades em jogo. O silenciamento de acadêmicos africanos com diferentes perspectivas opera por meio de não citações, revisões tendenciosas por pares e críticas abrasivas de livros.

O silenciamento de estudiosos africanos que não fazem parte da corrente dominante ocidental é uma condição que ainda persiste durante a era pós-colonial. O silenciamento ocorre quando os estudiosos oferecem pontos de vista diferentes daqueles familiares aos acadêmicos ocidentais e quando a revisão por pares se torna um disfarce para desfavorecer esses pontos de vista não ortodoxos. Muito mais preocupantes são as tentativas conscientes de silenciar aqueles que desafiam os paradigmas bem estabelecidos que se enraizaram especificamente durante a era colonial e que se mantiveram desde então (Karega-Munene e Schmidt, 2010: 327).

2 – A busca por alternativas

A promoção de alternativas às perspectivas eurocêntricas nas ciências humanas e sociais na África não é um fenômeno novo (Boddy-Evans, 2020; Holl, 1995; Schmidt e Patterson, 1995). Essas ideias se fundiram sob o conceito de pan-africanismo em meados do século XIX para combater a desumanização dos africanos, lutar contra a escravidão e promover a libertação do continente do colonialismo. Edward Blyden, Marcus Garvey, W. E. B. Du Bois, Frederick Douglass, J. A. Beale Horton, J. E. Caselay Hayford, M. Robinson Delany, H. Sylvester Williams, G. Padmore, A. Césaire, L. S. Senghor, Walter Rodney, Cheikh Anta Diop, entre outros, foram algumas das figuras conhecidas que promoveram visões alternativas das contribuições do povo negro para a história mundial e o patrimônio cultural. A pesquisa ao longo da vida de Cheikh Anta Diop e seu ativismo político foram dedicados a desmascarar as construções coloniais no passado da África (Diop, 1954). Outra iniciativa acadêmica sem envolvimento

do pan-africanismo apoiou visões alternativas sobre a história do Egito faraônico (Bernal, 1987). Muitos estudiosos africanos e especialistas em pesquisa em ciências sociais na África carregam suas próprias agendas alternativas em seus respectivos campos de especialização, contando com uma ampla gama de conceitos de mobilização: libertação, anti-imperialismo, anti-neo-colonial, pós-colonial ou decolonial. Uma adesão a uma determinada escola de pensamento ou postura ideológica, por mais importante que pareça nos círculos acadêmicos, é de fato irrelevante. Fundamentalmente, o que importa é definir uma agenda de pesquisa pragmática que faça a diferença.

Cerca de 60 anos após a onda de independências africanas, é preciso fazer uma pausa e refletir. As instituições de Bretton-Woods – o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e, mais recentemente, a Organização Mundial do Comércio – estabeleceram as regras e impuseram o capitalismo liberal como norma. A desregulamentação e o *laissez-faire* provaram ser processos ambivalentes. Qual é o lugar dos Estados africanos independentes em tal sistema internacional? Alguns, como é o caso dos países francófonos da África Ocidental e Central, estão presos na rede neocolonial de seus ex-colonizadores. Sua moeda nacional, o franco CFA, controlado pelo governo da França, é um caso emblemático de dominação neocolonial. Sem necessariamente ter que cortar laços com as antigas potências coloniais, é hora de explorar novas parcerias com a Ásia e a América do Sul.

Defendemos veementemente o fim das *huis-clos*⁵ com nossos colegas euro-americanos. O mundo está aberto a todos, e eles têm direito às suas próprias visões e cosmovisões. A dominação colonial do passado, a riqueza e o desequilíbrio institucional que presidiram à atual satelização e dependência dos pesquisadores africanos não colocam *ipso-facto*⁶ os colegas euro-americanos na posição de guardiões da pesquisa em ciências sociais na África. Infelizmente, os países africanos não estão dispostos a apoiar a pesquisa em ciências sociais na África e preferem contar com equipes de pesquisa estrangeiras. Muitos temem uma radicalização ideológica de jovens e estudantes a qual eles consideram que pode ser desencadeada por pesquisas críticas em ciências sociais. Outros afirmam haver prioridades diferentes, excluindo pesquisas em ciências sociais fundamentais e aplicadas. A maioria se sente confortável com equipes de pesquisa estrangeiras recrutando um ou dois pesquisadores locais, no que os colegas camaroneses chamam de “política de coleta de migalhas”.

5 Do francês, significa “de portas fechadas” [N/T].

6 Do latim, significa “pelo próprio fato”, ou seja, certo efeito que é consequência direta de uma ação [N/T].

A História Geral da África

Depois de um confronto longo e, em alguns casos, violento, a África começou a se libertar da dominação colonial. A onda de independências atingiu o pico no início dos anos 1960. Os currículos das escolas precisavam ser atualizados com urgência e é nesse contexto que o projeto de redação da História Geral da África foi desenhado e lançado como alternativa à *biblioteca colonial*. A História Geral da África, da UNESCO, é uma coleção de oito volumes, publicada entre 1981 e 1995. Os volumes são organizados em uma sequência cronológica, cada um coordenado por um ou dois editores. Em seu prefácio, A. M. M'Bow, então Diretor Geral da UNESCO, resume o que está em jogo na redação dos oito volumes. Sua apresentação é articulada em uma série de questões-chave, incluindo “a negação” da história, o continente “balcanizado”, a gênese do projeto, suas ambições científicas, o imperativo de uma ampla circulação e distribuição da obra publicada. Esses pontos principais são explorados a seguir.

A negação da história

Séculos de escravidão, seguidos de conquistas destrutivas e dominação colonial geraram concepções peculiares dos africanos, seu passado, sua posição no mundo, seu futuro etc. Apesar das contribuições importantes de um pequeno número de estudiosos – Leo Frobenius, Maurice Delafosse, Arturo Labriola – mencionados em seu texto, M'Bow aponta para um tema comum que surgiu durante o século XIX e se espalhou durante o período colonial. De acordo com esse tema derivado da concepção hegeliana da história mundial, as sociedades africanas “eram sociedades improváveis de ter uma história”. O cerne da questão era a natureza das fontes necessárias para escrever a história. A falta de fontes escritas na maioria das sociedades africanas passadas foi erroneamente equiparada à ausência de história. Fontes orais foram paradoxalmente menosprezadas. M'Bow ironicamente aponta para este duplo padrão. A *Ilíada* e a *Odisseia*, as grandes epopeias gregas escritas por Homero, foram obras orais que sempre foram consideradas fontes importantes da história da Grécia Antiga. Por que isso não se aplica às tradições orais africanas? A maior parte da história africana ainda foi escrita em uma perspectiva de fora, baseada em fontes externas e contando com o enquadramento europeu como modelo. A história africana foi filtrada por uma série de preconceitos. Portanto, parece crucial para os historiadores reorganizar suas ferramentas metodológicas e abandonar os preconceitos enganosos.

O modelo de um continente fragmentado

A percepção dominante da África era a de um continente com subconjuntos justapostos. A África do Norte, conhecida como “branca” e a África Subsaariana, conhecida como “negra”, teriam vivido separadamente por conta de um obstáculo intransponível: o deserto do Saara. Também se pensava que o Egito antigo e a Núbia haviam evoluído independentemente do resto do continente. Consequentemente, a África não foi considerada uma entidade histórica.

Embora cada uma das regiões da África possua sua própria originalidade, essas regiões, no entanto, mantiveram intercâmbios ininterruptos entre si. O norte da África, por exemplo, foi a ponte principal entre o mundo mediterrâneo e a África subsaariana; e quanto às margens do Saara, elas sempre foram flutuantes. Egito e Núbia têm uma história entrelaçada e compartilham muitos aspectos culturais com a África Subsaariana.

Os condenados da Terra

Os estereótipos raciais ligados ao comércio de escravos e à dominação colonial distorceram as próprias bases da historiografia africana. O uso de categorias discriminatórias, por exemplo, o estabelecimento da superioridade branca e uma “essencialização do negro” distorceram essa historiografia. Na verdade, a África teve que lutar contra uma dupla escravidão: econômica e psicológica.

A hierarquia estabelecida entre as raças, caracterizada pela historiografia colonial, servia para justificar a dominação colonial e “a missão civilizadora”. As mudanças ocorridas após a Segunda Guerra Mundial, em particular a entrada de Estados africanos no cenário internacional, contribuíram para que esta situação evoluísse.

Neste contexto particular, “os próprios africanos sentiram a necessidade profunda de restabelecer a historicidade das suas sociedades sobre bases sólidas”. Esta foi uma das principais apostas envolvidas no projeto da História Geral da África. A inovação metodológica exigida deu grande importância às fontes africanas, particularmente à tradição oral (que requer uma abordagem crítica sistemática para uma exploração satisfatória).

A concepção e produção da História Geral da África

O objetivo do projeto era lançar as bases teóricas e metodológicas para uma História da África que permitisse compreender o “desenvolvimento dos vários povos na sua especificidade sociocultural”, o qual foi implementado em várias etapas:

1 – De 1965 a 1969, a UNESCO lançou um programa ambicioso para a coleção de tradições e manuscritos não publicados e o inventário de arquivos. Isso levou à publicação de um *“guia para as fontes da história africana”* em nove volumes;

2 – De 1969 a 1971, uma série de reuniões de grupos de especialistas aconteceram em Paris e Addis Abeba para planejar a publicação. Foram escolhidos os idiomas inglês, francês e árabe para as publicações iniciais, com posterior tradução para Hawsa, Yoruba, Fulani e Lingala, no que diz respeito às línguas africanas, e alemão, espanhol, sueco, português e russo, para as línguas europeias;

3 – A terceira fase foi a da efetiva produção do projeto de redação sob a responsabilidade de um comitê científico internacional de 32 membros, dois terços compostos por africanos e um terço composto pelo resto do mundo.

A abordagem adotada foi fundamentalmente interdisciplinar e respeitosa acerca das diferenças de pontos de vista entre os especialistas. Entre as inúmeras questões que os autores desta obra enfatizaram, M’Bow menciona a unidade histórica da África e as relações entre o continente e outros continentes, as Américas e o Caribe; as resistências dos escravos deportados para as Américas; as várias lutas pela libertação nacional; as relações entre a África e a Ásia via Oceano Índico; e a “contribuição africana para outras civilizações através de intercâmbios mútuos”.

M’Bow concluiu seu prefácio desejando que a História Geral da África fosse amplamente divulgada e traduzida em muitas línguas e “[servisse] de base para a elaboração de livros infantis, livros escolares e programas de rádio e televisão. Os africanos poderiam conhecer o passado de seu continente e obter uma melhor compreensão de sua herança cultural e contribuição para a humanidade”. A História Geral da África contribuiria assim “para fomentar a cooperação internacional, fortalecer a solidariedade entre os povos na aspiração de justiça, progresso e paz”.

Resumo condensado dos volumes

A História Geral da África, da UNESCO, inclui os seguintes volumes:

Volume I: Metodologia e Pré-história da África (J. Ki-Zerbo, 1981) tem 28 capítulos organizados em três partes: Metodologia, Arqueologia e suas técnicas e, finalmente, Mudanças ambientais e sequências regionais;

Volume II: Civilizações Antigas da África (G. Mokhtar, 1981) é dividido em quatro partes com um total de 29 capítulos. Ele lida com a evolução e o surgimento dos primeiros estados do continente até 500 E.C. – Era Comum –, com o Egito e a Núbia;

Volume III: África do século VII ao XI (M. Elfasi & I. Hrbek, 1988) enfoca a expansão do Islã e suas conseqüências para os povos e culturas do continente africano. É composto por 28 capítulos organizados em cinco partes;

Volume IV: África do século VII ao XVI (D.T. Niane, 1984) parcialmente se sobrepõe cronologicamente com o anterior. É composto por 27 capítulos organizados em quatro partes, lidando com a diversidade das organizações políticas, sociais e econômicas da África, bem como a “africanização” do Islã;

Volume V: África do século XVI ao XVIII (B.A. Ogot, 1992) enfoca a expansão otomana no norte da África e o desenvolvimento do comércio de escravizados pelo Atlântico e suas conseqüências nas sociedades africanas. Tem 29 capítulos organizados em subconjuntos temáticos: processos globais, por um lado, e sínteses regionais e locais, por outro;

Volume VI: África no século XIX até 1880 (J.F. Ade Ajayi 1989) consiste em 29 capítulos organizados em quatro partes que tratam dos assentamentos europeus no norte e no sul da África, a formação de novos estados, movimentos revivalistas do Islã na África Ocidental e o estado geral do continente às vésperas da colonização europeia;

Volume VII: África sob Dominação Colonial 1880-1935 (Adu Boahen, 1985) prossegue em 30 capítulos para a análise comparativa dos sistemas coloniais europeus e a resposta multifacetada das sociedades africanas, incluindo o surgimento e desenvolvimento de movimentos nacionalistas;

Volume VIII: África desde 1935 (Ali A. Mazrui & C. Wondji, 1995) com 30 capítulos, organizados em sete partes, exploram os impactos das principais crises mundiais e, conseqüentemente, seus impactos no surgimento e desenvolvimento de nacionalismos africanos, panafricanismo, a luta pela libertação, e o lugar dos países africanos independentes na cena mundial.

Infelizmente, a impressionante realização do projeto História Geral da África não foi amplamente disseminada na África. Seu impacto nos currículos de história era virtualmente inexistente na maioria dos países africanos. Uma nova iniciativa era necessária. A oportunidade para lançar uma nova iniciativa foi encontrada em 9 de setembro de 1999 [9/9/1999], com a Declaração de Sirte, o ato fundador da União Africana.

O Uso Pedagógico da História Geral da África

O projeto sobre o uso pedagógico da História Geral da África é apenas a segunda fase de um longo processo. Um processo que visa mudar o ímpeto de volta para os africanos e pessoas de ascendência africana. Com base na dinâmica

política desencadeada pela Declaração de Sirte e a construção da União Africana, o governo líbio forneceu recursos para um projeto ambicioso voltado para apoiar o movimento em direção a um continente unificado. Atendendo a um pedido da África, a UNESCO lançou o projeto Uso Pedagógico da História Geral da África, primeiro por meio de uma extensa revisão dos volumes publicados e um encontro internacional em Trípoli, que ocorreu entre os dias 10 e 17 de junho de 2010. Assim que o programa foi lançado, reuniões de especialistas foram organizadas sucessivamente em Harare, no Zimbábue, em Accra, em Gana, e em Cartum, no Sudão. A ideia fundamental é gerar um estado de espírito, uma espécie de destino manifesto, baseado na história comum e no futuro compartilhado, que propicie a construção de um continente pacífico, unido e próspero.

O material denso e rico reunido nos 8 volumes da História Geral da África deve ser inserido no currículo de História em todos os sistemas escolares do continente, do ensino fundamental ao superior. Os africanos e afrodescendentes precisam aprender uma história escrita a partir de sua própria perspectiva, longe das estreitas “histórias nacionais” herdadas da *biblioteca colonial*. Apesar das transformações significativas e mudanças curriculares sustentadas em quase todos os países africanos, o legado do período colonial ainda está presente e resiliente. O uso de línguas africanas em todos os níveis das instituições de ensino será fundamental para o sucesso deste projeto. A destruição da Líbia deixou o projeto sem financiamento. Fontes alternativas de financiamento estão sendo exploradas, com o projeto avançando lentamente.

Volumes IX-XI da História Geral da África — África Global

Os volumes IX, X, e XI da História Geral da África compõem a terceira fase lançada em 2013, em Adis-Abeba. O ímpeto veio do Brasil. O parlamento aprovou uma lei sobre o ensino obrigatório da história africana em todos os níveis de ensino público do país, e o governo ofereceu financiamento para um volume adicional da série História Geral da África que integrará a história das diásporas africanas em todo o mundo. O novo projeto, ancorado no conceito-chave de “África global”, incentiva abordagens literárias e artísticas para melhor compreender certos aspectos das experiências africanas e dos afrodescendentes, preconiza o uso de conceitos ou noções em línguas africanas que permitem “pensar africanamente”, realiza estudos comparativos em relação à América Latina e Ásia e oferece uma história equilibrada e positiva da África e suas diásporas.

Os colaboradores têm que pensar sobre a história de forma diferente e inventar outra maneira de fazer história, particularmente levando em consideração

as produções literárias e artísticas sobre experiências africanas históricas como materiais essenciais na escrita da história endógena da África e dos africanos. Os contextos e sua implementação específica do conceito de raça seriam centrais para compreender como os africanos e os afrodescendentes se referem a si próprios. Também envolveria a observação crítica da dinâmica da relação entre a África e suas diásporas, a globalidade africana, os movimentos de ida e volta e as formas pelas quais a África poderia se conectar ao resto do mundo.

O Volume IX foi inicialmente planejado para ser um livro de três tomos, com três objetivos principais: 1) atualização da História Geral da África e das teorias sobre as origens da humanidade e as primeiras civilizações humanas; 2) explorar “África Global” e a sua expansão para o resto do mundo por meio de suas diásporas; 3) observar as oportunidades e os novos desafios da “África Global”. Cada um dos objetivos citados foi finalmente atribuído a volumes distintos – IX, X e XI. Os principais temas a serem tratados em cada um dos volumes foram amplamente debatidos. Um consenso foi alcançado nas seguintes subdivisões:

O Volume IX é composto por quatro seções: (i) fórum epistemológico; (ii) revisão do conteúdo dos volumes da HGA; (iii) “Atualização da História Inicial da África” e (iv) “Atualização da História Antiga e Moderna da África” com as teorias contemporâneas sobre as origens da humanidade e o surgimento das primeiras civilizações à luz dos desenvolvimentos recentes em pesquisas paleontológicas e arqueológicas. As linhas principais do Livro I do Volume IX incluiriam: – origens da humanidade – arqueologia e antropologia dos povos africanos – povoamento do continente – dimensão ambiental – desenvolvimento e transferência de tecnologias – sistemas de conhecimento de origem africana; – contribuições bioantropológicas – surgimento e evolução de antigas culturas africanas.

O Volume X inclui três seções: (i) fórum epistemológico; (ii) formação da África Global, mapeamento das diásporas africanas, e contribuições das diásporas, para a construção do mundo moderno; e, finalmente, (iii) narrativas de liberdade. É desenvolvida uma abordagem cronológica e geográfica (mapa do mundo africano) sobre questões temáticas relativas à África Global. Também seria necessário traçar uma cronologia dos principais momentos da diáspora e adotar uma abordagem comparativa das interações entre a África e suas várias diásporas. As linhas principais do Volume X incluem: a relação com grupos indígenas de outros continentes, as várias ondas de saída de África e “diasporização”; controvérsias sobre a possível presença africana pré-colombiana e presença de afrodescendentes na Oceania, mapeando a presença da África em todo o mundo; os vários movimentos de “volta à África”, a África no imaginário das

diásporas (a África como referência), o conceito de gênero e o papel da mulher, as contribuições africanas para a construção da modernidade, a resistência e suas implicações, a Revolução Haitiana e seu impacto global, problemas de discriminação e racismo, as artes, línguas, oralidade e escrita, sincretismo religioso e instituições de origem africana, juventude e inovações etc.

O Volume XI com (i) fórum epistemológico; (ii) o lugar da África no mundo contemporâneo; (iii) novos desafios da “África Global”, lidando com o período contemporâneo seria o mais difícil de compilar. Portanto, deve-se exercer o máximo rigor científico para produzir um trabalho objetivo e não cair na armadilha do jornalismo e de comentarismos modernos. As linhas principais do Volume XI incluiriam: novas relações internacionais e o lugar da África; nova solidariedade entre a África, América do Sul, Caribe e os países do Oceano Índico; patrimônio: mudança e continuidade na cultura, novas estratégias para o controle de recursos da África (terra, minerais estratégicos etc.); abordagens pós-raciais e a redefinição da resistência; questões de reconciliação e reparação; criações artísticas contemporâneas da África Global e os desafios do mercado; pan-africanismo do século XXI e seus desafios; questão da liberdade de expressão e espaço para as opiniões da África Global, fundamentalismo religioso na África e espaço para as religiões africanas; valorização do conhecimento africano, *know-how* e visões de mundo, construção de novos modelos de desenvolvimento baseados nos valores africanos e visões, construção de novos modelos de governança e exercício de poder baseados nas experiências africanas, filosofias e cosmogonias africanas e suas contribuições para a construção de alternativas na África e no mundo, urbanização da África e seus desafios e futuros africanos.

O projeto é extraordinariamente ambicioso; competências e habilidades estão disponíveis para se mover em novas direções, em um mundo multipolar, e longe das *huis-clos* com o Ocidente.

3 – O Imperativo da Libertação e novas parcerias

Sem ter que cortar laços com as antigas potências coloniais, é hora de explorar novas parcerias com a América do Sul e a Ásia. Apesar da atual crise política, o Brasil, com a maior população afrodescendente fora da África, é e será crucial – parceiro natural nos próximos anos. A China já é o primeiro parceiro econômico da África e a segunda economia do mundo. A parceria com a China pode ser uma forma eficaz de construir modelos alternativos de cooperação e intercâmbio acadêmico e científico. Na cerimônia de lançamento do novo Institute of African Studies da Zhejiang Normal University, em 2007, o professor Mei Xinlin,

presidente da universidade e chefe do novo centro de pesquisa, relatou que a China tem menos de dez centros de estudos africanos nas universidades. Ele também afirmou que a criação do Instituto foi motivada pela necessidade crescente do povo chinês de saber mais sobre a África, visto que nos últimos anos houve um rápido desenvolvimento das relações sino-africanas. É meu entendimento e sugestão que a pesquisa das universidades chinesas na África deve se tornar global, incluindo todos os tópicos e campos para bolsas de estudos, e se tornar mais orientada para o campo.

Não sou um especialista em nenhum dos campos em que vou me aventurar, mas simplesmente um pesquisador empolgado com o próprio desafio de abrir novos caminhos de pesquisa com novos parceiros. Sou antropólogo, com formação básica em história social, que posteriormente se especializou em arqueologia antropológica. Tenho conduzido pesquisas na África – Mauritânia, Camarões, Burkina Faso, Senegal –, e no Levante – deserto do Negev em Israel –, e nas Américas – New York African Burial Ground Project –, estudando a evolução de longo prazo das sociedades humanas durante os últimos 10.000 anos.

Consideradas de uma perspectiva de longo prazo, as interações sino-africanas têm uma história bastante longa e surpreendente. Do meu ponto de vista, essa longa história muito especial justifica a necessidade de se criar programas de treinamento especiais e bem financiados nas principais instituições de ensino superior na China, algumas das quais estão totalmente operacionais como é o caso do Institute of African Studies de Zhejiang Normal University, a School of International Studies da Beijing University e o Institute of African Studies da Nanjing University. Este artigo apresenta algumas das evidências sobre a interação anterior entre a China e a África. Em seguida, analisa o desenvolvimento dos estudos africanos na China, considerando o New Chinese Studies Program, sugerindo uma nova parceria acadêmica global, mas pragmática, entre instituições de pesquisa chinesas e africanas, com o estudo de caso do Museum of Black Civilizations – projeto da Anthropological Archaeology, da Xiamen University, sobre os montículos de conchas do delta de Saloum no Senegal.

Presença anterior chinesa na África

É evidente que não se sabe quando as mercadorias chinesas chegaram à África pela primeira vez no passado. A pesquisa arqueológica, sempre em andamento com resultados às vezes desafiadores, fornece uma série de pistas. Uma expedição austríaca de escavação em Tebas, em Deir el Medina, encontrou restos de seda no cabelo de uma múmia feminina de 30 a 50 anos descoberta no

cemitério dos trabalhadores dos reis. O sepultamento é datado do período Hyksos, pertencente à 21ª Dinastia, ou seja, 1075-945 a.C. (Anshan, 2005; Lubec, *et al.*, 1993; Ribao, 1993). A indústria da seda certamente se originou na China, onde os arqueólogos “encontraram tecidos em uma tumba misteriosa que data de quase 2.500 anos no leste da província de Jiangxi, a mais antiga a ser descoberta na história da China” (*People’s Daily Online*, 26 de agosto de 2007).

A indústria da seda, o comércio e, conseqüentemente, a rota da seda são, portanto, muito mais antigos do que se pensava e provavelmente chegaram ao Egito pela Pérsia. A seda encontrada no túmulo de Tebas pode ter sido introduzida pelos hicsos⁷. O comércio e o intercâmbio cultural entre a China e o Egito foram bem estabelecidos durante a Dinastia Han [206 AC – 220 DC] (Sun Tang 1979 *apud* Anshan, 2005).

De acordo com Anshan (2005), Du Huan, um chinês da Dinastia Tang [618 – 907 DC] e prisioneiro de guerra em Bagdá, onde passou vários anos, visitou a África no século 8, por volta de 762. O livro que ele escreveu quando voltou à Guangzhou, *Jingxiang* (经行记), ou seja, *Record of My Travels*, foi perdido e agora é conhecido apenas por citações em outros livros. Portanto, não se sabe que parte da África ele pode ter visitado, mesmo que o Egito e o Nordeste da África pareçam ser as mais acessíveis.

Na primeira metade do século 15, a dinastia Ming decidiu projetar o poder naval chinês em todo o Oceano Índico. O imperador Yongle (1403 – 1424) nomeou Zheng He como o almirante-chefe de uma grande frota – a *Treasure Fleet*. Este último organizou uma série de expedições, sete no total, de 1405 a 1433, geralmente denominadas *Zheng Ho travels* (Deng, 2005; Dreyer, 2006; Ferrand, 1919; 1922; Filesi, 1970; Levanthes, 1997; Viviano, 2005). A *Treasure Fleet* navegou para a costa da África Oriental na quarta (1413 – 1415), quinta (1416 – 1419) e sexta viagem (1421 – 1422), atracando em Mogadíscio, hoje na Somália, Malindi e Mombaça, no atual Quênia. Houve uma troca de produtos chineses por africanos, incluindo animais vivos como zebras e girafas. O celadon⁸ chinês, do tipo Longquan encontrado no vale do Limpopo na colina Mapungubwe, na década de 1930, é agora firmemente datado do final do Yuan (1279 – 1368) e do início da dinastia Ming (1368 – 1644) (Prinsloo *et al.*, 2005). Essas evidências são distribuídas em uma grande zona geográfica na África Oriental, incluindo o Grande Zimbábue, Swahili, Camarões e Madagascar (Beaujard, 2007). Além disso, alguns

7 Os hicsos foram um povo semita asiático que governou o Egito desde 1638 a.C. até 1530 a.C., iniciando o Segundo Período Intermediário da história do Antigo Egito [N/T].

8 Tipo de cerâmica vitrificada na cor verde jade [N/T].

dos descendentes de marinheiros chineses da frota do almirante Zheng Ho que viviam na pequena ilha de Pate foram entrevistados por Kristof (1999) para o New York Times.

Em síntese, há evidências difusas, mas significativas, da presença de produtos e pessoas chinesas no passado africano. Essa interação atingiu o pico no século XV e foi interrompida pela proibição imperial da dinastia seguinte ao comércio exterior e expedições navais.

2 – Presença anterior africana na China

Além da presença de animais surpreendentes como a zebra e a girafa (Ju-Kua, 1911; Ferrand, 1919; 1922; Filesi, 1970; Wheatley, 1961; Talib e Samir, 1988), vários africanos, por meio de diferentes canais indiretos, acabaram vivendo na China já no primeiro quarto do século VIII. De acordo com a *Chronicle of the T'ang Dynasty*, o rei de Sriwijaya de Palembang, em Sumatra, ofereceu uma garota Zandj [negra], entre outras coisas, como tributo ao imperador em 724 (Talib e Samir, 1988; Ferrand, 1922). Essa prática foi repetida várias vezes durante os séculos seguintes, em 813, 818 e 976. Em 813 e 818, os governantes de Kalinga, um reino indonésio, ofereceram vários meninos e meninas Zandj em três missões sucessivas ao imperador T'ang Hsien Tsung. Em 976, sob a dinastia Sung, a corte imperial recebeu “um escravo K'un Lun negro com olhos fundos e corpo negro” (Ju-Kua, 1911) de um comerciante árabe (Talib e Samir, 1988: 732).

Embora indiretamente e por meio de intermediários árabes e indonésios, o tráfico de escravos envolveu a China, principalmente pelo porto de entrada e centro de distribuição de Guangzhou [Cantão]. Os escravos africanos eram “empregados a bordo de navios para calafetar vazamentos abaixo da linha de água do lado de fora, pois eram nadadores experientes que não fechavam os olhos debaixo d'água” (Ju-Kua, 1911: 31; Talib e Samir, 1988: 732; Wheatley, 1961: 55). Outros eram guardas de portão e empregados domésticos de famílias ricas nas áreas metropolitanas. De acordo com Chao Ju-Kua (1911): “muitas famílias compram negros para fazer de guardiões; eles são chamados de *kui-nu*, ou “escravos do diabo” ou *hei siau ssi* (escravos ou servos negros)” (Ju-Kua, 1911: 32). Claramente, há muito mais pesquisas a serem feitas nessa direção, se histórias orais e arquivos familiares puderem ser coletados sistematicamente.

O grande viajante e explorador marroquino do mundo, Abu Abdullah Muhammad ibn Abdullah Al Lawat Al Tanji Ibn Battuta – abreviadamente Ibn Battuta – visitou a China em meados do século XIV. Ele nasceu em 24 de fevereiro de 1304, em Tânger, e morreu em Marrakech, em 1377. Ele viajou por todo o

mundo antigo, percorreu cerca de 120.000 quilômetros em 29 anos. Ibn Battuta chegou a Guangzhou [Cantão] na China, em 1345 (Battuta, 1982). Ele estava particularmente interessado no artesanato local, construção de barcos, fabricação de porcelana e visitou vários lugares e cidades. Ele viajou do norte para Hangzhou, a maior das cidades que já tinha visto. Ibn Battuta não conseguiu chegar a Pequim e voltou a Guangzhou em 1346 para navegar até Sumatra.

Também é alegado que o almirante Zheng Ho, *Treasure Fleet*, levou alguns dignitários estrangeiros de volta à China para prestar homenagem aos imperadores Ming. Não está claro se alguns africanos das cidades-estado swahili de Mogadíscio, Malindi ou Mombassa estiveram envolvidos nessas visitas. Em resumo, desde o século VIII, os africanos estavam presentes nas cortes imperiais chinesas e em algumas famílias ricas do sul da China.

O desenvolvimento dos Estudos Africanos na China

Em seu influente artigo *African studies in China in the twentieth Century: A Historiographical Survey*, publicado em 2005 na *African Studies Review*, o professor Li Anshan da Escola de Estudos Internacionais da Beijing University dividiu o desenvolvimento deste campo de pesquisa em quatro fases principais (Anshan, 2005).

A primeira fase, *Sensing Africa* (1900-1949), que pode ter começado com as mais remotas interações entre a África e a China, tomou forma e se consolidou no final da dinastia Qing, no início do século XX. Estudiosos chineses como Lin Zexu, que liderou a queima do ópio em Cantão, a qual deu início à Guerra do Ópio, em 1840, compilou informações sobre o Ocidente, a geografia e etnologia da África em seu *Gazetteer of the Four Continent* – Si Zhou Zhi. O destino da África sob o governo colonial foi usado por líderes revolucionários e intelectuais como Chen Tiancha, Liang Qichao, Sun Yat-sen para mobilizar o povo chinês (Anshan, 2005).

Após a fundação da República Popular da China, em 1949, a pesquisa se concentrou nos movimentos de libertação africanos. Essa fase batizada de *Supporting Africa* (1949 – 1965) durou até 1965, na “década da independência”. O primeiro instituto de *Asian-African Studies* foi fundado durante este período, em 1961, sob o Ministério das Relações Exteriores do partido e a Academia Chinesa de Ciências.

O período de 1966 a 1976, denominado por Li Anshan de *Understanding Africa*, foi paradoxal de várias maneiras. É dominado pela “revolução cultural” e, a partir de 1971, o retorno da República Popular da China ao cenário mundial.

Os estudos africanos foram paradoxalmente acelerados durante esse período por meio de instituição especializada do partido. Vários livros de história regional e até mesmo livros específicos de países foram traduzidos para o chinês durante o período. Li Anshan (2005) indica que 117 livros sobre a África, dos quais 111 traduções, foram publicados nesse período: “Embora sua qualidade variasse, os estudantes chineses pelo menos começaram a adquirir algum conhecimento sobre um continente distante da China e a se deparar com os nomes de alguns dos principais estudiosos da área” (Anshan, 2005: 66). As bases para o desenvolvimento posterior dos estudos africanos após a Revolução Cultural foram lançadas durante esse período.

Centros de pesquisa universitários e sociedades científicas com foco na África foram estabelecidos após o retorno da República Popular da China ao cenário mundial. O período, denominado *Studying Africa* (1977-2000) por Li-Anshan, testemunhou um crescimento significativo da área de estudos africanos na China, em diversos campos de pesquisa, incluindo história, direito, política e economia. Diferentes universidades importantes criaram centros de Estudos Africanos com funcionários qualificados, como foi o caso da University of Beijing and Zhejiang Normal University.

Sucintamente, as relações sino-africanas cresceram muito rapidamente no final do século XX e início do século XXI. O imperativo para o desenvolvimento de pesquisas sólidas e sustentáveis e de cooperação e colaboração acadêmica não pode ser exagerado. Há a necessidade de mudar para uma perspectiva global, abrangendo todos os campos de bolsas de estudos.

A iniciativa do Programa de Estudos da China

No contexto do *European Confucius Institutes/Classrooms Working Symposium* de 2012, em 8 de junho de 2012, na Biblioteca Playfair da University of Edinburgh Old College, o professor Ji Baocheng, então presidente da *Renmin University of China*, revelou o *Neo-Sinology International Research Plan* em sua apresentação do projeto-chave da sede do *Confucius Institute* (programa da conferência 2012). Esse ambicioso plano foi debatido em sessão plenária, com participantes de diferentes instituições europeias de ensino superior encorajados a apresentar ideias e sugestões. Um rascunho do projeto, intitulado *An Explanation on implementing the Pilot program of Fellowships for PhD Program of China Study Plan (A Tentative version for Discussion)* foi distribuída aos participantes do simpósio. Alguns participantes sugeriram usar “estudos chineses” em vez de “sinologia”. Os principais objetivos da proposta são atrair jovens acadêmicos

internacionais promissoras para escolas de pós-graduação selecionadas de universidades chinesas – todos os campos acadêmicos incluídos – por meio de um programa competitivo e bem financiado. A esperança é que “esses acadêmicos possam promover o desenvolvimento e a prosperidade da educação internacional e da pesquisa em estudos sobre a China, contribuindo para aumentar a amizade entre a China e outros países” (Minuta do projeto: 01-02). Dez universidades chinesas bem classificadas – incluindo a Xiamen University – foram selecionadas para lançar o programa e todas começaram a anunciar a iniciativa.

Esse foi claramente um marco muito emocionante. A projeção no futuro é estimulante e a perspectiva muito excitante intelectualmente. O programa merece total apoio. Para que liberte todo o seu potencial, ele precisa ser complementado por uma iniciativa igualmente bem financiada, dirigida aos estudantes chineses de pós-graduação de instituições chinesas de ensino superior interessados em estudar outros países, sociedades e culturas.

Estou desenvolvendo a iniciativa do presidente Hu Jintao, tornada pública no Fórum Econômico Sino-Africano (verão de 2012); e o professor Mei Xinlin, presidente da *Zhejiang Normal University*, afirmou que a China tinha menos de dez centros de African Studies nas universidades, em 2007. Provavelmente há um pouco mais hoje. Nesse mesmo discurso, o Pr. Mei Xinlin também afirmou que o estabelecimento de African Studies na *Zhejiang Normal University* foi motivado pela necessidade crescente dos chineses de saber mais sobre a África, visto que nos últimos anos houve um rápido desenvolvimento das relações sino-africanas. É minha sugestão que a necessidade de um conhecimento melhor e fundamentado da África seja levada em consideração paralelamente ou dentro do novo e ambicioso *International Chinese Studies Research Plan*.

Tal plano, para operar dentro de instituições chinesas de ensino superior, pode incluir financiamento importante e incentivos de pesquisa para professores e alunos de pós-graduação que pretendem conduzir pesquisas de mestrado e doutorado sobre qualquer tópico dentro do campo de estudos africanos. Esta nova mudança na pesquisa sobre África deve incluir um componente de campo, permitindo um envolvimento mais forte do corpo docente e dos alunos chineses no conhecimento gerado no campo. O objetivo de tal movimento ousado é triplo: primeiro, treinar um número maior de alunos em estudos africanos e preparar novas gerações de acadêmicos para ocupar cargos futuros no corpo docente do sistema de ensino superior chinês que está em crescimento acelerado. Em segundo lugar, para aumentar a excelência no campo dos estudos africanos por meio de bolsas de estudos destinadas a atrair alunos notáveis em

todo o mundo. E, terceiro, lançar a cooperação internacional e a colaboração em pesquisa envolvendo professores e alunos chineses e estrangeiros.

Agenda de pesquisa sobre África na Xiamen University

A Xiamen University-Museum of Black Civilization aderiu ao projeto de Arqueologia Antropológica sobre os montículos do delta de Saloum, lançado em 2017, e faz parte da implementação da nova agenda acadêmica que sempre defendi. Esse desenvolvimento está ancorado em dois pilares: respeito mútuo e confiança. Além do ensino e da supervisão de alunos de mestrado e doutorado de chineses e senegaleses, três projetos complementares estão sendo realizados na Escola de Sociologia e Antropologia e no Belt and Road Research Institute da universidade.

O primeiro é a criação de um laboratório de arqueologia antropológica com coleções de pesquisas de meus projetos de campo anteriores na África. O material a ser usado para pesquisa e treinamento de estudantes – graduandos e graduados – inclui cerâmica, pedras e artefatos de metal, faunística e restos humanos. Será o primeiro e único laboratório parcialmente dedicado à Arqueologia Africana.

O segundo, claramente conectado com o primeiro, é iniciar um programa de campo, com escolas de campo, uma na África – sobre megálitos senegambianos e camadas de conchas no Delta do Saloum, no Senegal – e o outro na China – sobre sarcófagos do Província de Fujian. Equipes de pesquisa multidisciplinares serão colocadas em prática para conduzir investigações comparativas de ponta a respeito da adaptação cultural das sociedades africanas e asiáticas anteriores às mudanças climáticas.

Finalmente, o terceiro projeto para criar um centro de pesquisa multidisciplinar – *Africa Research Center* – parte do *Belt and Road Research Institute* da Xiamen University, composto por 6 membros do corpo docente, para começar, predominantemente jovens pesquisadores. Em geral, a escolha das disciplinas a serem apresentadas será decidida pelos melhores perfis de futuros candidatos. Algumas disciplinas como antropologia e patrimônio cultural, economia e gestão, assim como epidemiologia e ciências da saúde, terão certa precedência. A ideia principal é melhorar a pesquisa colaborativa entre especialistas em ciências sociais e naturais, com o requisito crucial de que todos os novos professores do African Research Center planejem o treinamento dos estudantes em contextos de campo.

Por meio dos projetos centrais descritos anteriormente, existem possibilidades adicionais de desenvolvimento de intercâmbio e pesquisa colaborativa com algumas universidades e instituições de pesquisa africanas, brasileiras e europeias (Chang, no prelo).

Conclusão

Depois de quase 40 anos de ensino e pesquisa que me levaram da University of Paris X-Nanterre, para a University of California, San Diego, à University of Michigan, Ann Arbor, ao Field Museum of Natural History, Chicago, de volta à University of Paris-X Nanterre, ao Institute of Humanities and Social science do French National Center, vivendo uma carreira acadêmica muito emocionante com colegas fantásticos e extraordinários, também experimentei os preconceitos e os limites ocultos do intercâmbio científico e acadêmico com instituições ocidentais (Holl, 2006b). É uma mentalidade muito resistente – dominante/dominada – que torna rara ou extremamente difícil a colaboração genuína entre pesquisadores africanos e euro-americanos. É uma conjuntura – *zeitgeist* –, não exatamente uma atitude individual explícita, mas, ainda assim, uma postura em que um espera que o outro seja subserviente. A nova parceria com antigas potências coloniais abre novas oportunidades para uma colaboração científica e acadêmica mais equilibrada e respeitosa.

Referências

- ANSHAN, Li. African Studies in China in the twentieth century: A historical survey. *African Studies Review*, v. 48, n. 1, pp. 59-87, 2005.
- BATTUTA, Ibn. *Voyages III. Inde, Extrême-Orient, Espagne & Soudan* (Collection FM/ La Découverte). Paris, Librairie François Maspero, 1982.
- BAZZANA, André e BOCOUM, Hamady. *Du Nord au sud du Sahara: Cinquante ans d'archéologie française en Afrique de l'Ouest et au Maghreb*. Paris, Editions SEPIA, 2004.
- BEAUJARD, Philippe. East Africa, the Comoros Islands and Madagascar before the sixteenth century. *Azania, Archaeological Research in Africa*, v. 42, n. 1, pp. 15-35. 2007.
- BERNAL, Martin. *Black Athena: The Afroasiatic Roots of Classical Civilization* (The Fabrication of Ancient Greece 1985-1985, Volume 1). Morristown, Rutgers University Press, 1987.
- _____. *Black Athena Writes Back: Martin Bernal Responds to his Critics*. Durham, NC, and London: Duke University Press, 2001.

- _____. *Black Athena: The Afroasiatic Roots of Classical Civilization: The Linguistic Evidence*. London: Free Association Books, 2006.
- BODDY-EVANS, Alistair. The Origins, Purpose and Proliferation of Pan-Africanism. In: *ThoughtCo*. 11 fev. 2020. Disponível em: <<https://www.thoughtco.com/what-is-pan-africanism-44450>>. Acesso em:
- BOURDIEU, Pierre. *Homus Academicus*. Paris, Les Editions de Minuit, 1984.
- BUDE, Jacques. *L'Obscurantisme liberal et l'investigation sociologique*. Paris, Editions, 1973.
- CHALEIX, Denise Robert. *L'Afrique: une production millénaire*, 1985.
- CHANG, G. Editor In press. *Studying Africa and Africans Today*. Xiamen, Xiamen University Press.
- JU-KUA, Chao. *Chu-fan-chi*. St. Petersburg: Printing Office of the Imperial Academy of Sciences, 1911.
- DENG, Gang. *Chinese Maritime Activities and Socioeconomic Development, c. 2100 BC 1900 AD*. Londres, Greenwood Press, 2005.
- DIOP, Cheikh Anta. *Nations Negres et Culture*. Présence Africaine, Paris, 1954.
- DREYER, E. L. *Zheng He: China and the Oceans in the Early Ming, 1405-1433*. Londres, Longman, 2006.
- FELD, B.; HOLAUBEK, C.; FELT, B.; LUBEC, G.; LUBEK, E. e STROUHAL. Use of Silk in Ancient Egypt. *People's Daily*. Nature 362 (6415), 2 April, 1997.
- FERRAND, Gabriel. Les K'ouen-Louen et les anciennes navigations inter-océaniques dans les mers du sud. In: *Journal Asiatique*, n. 13, pp. 239-333, 1919.
- _____. L'Empire Sumatranais de Srivijaya. *Journal Asiatique*, n. 20, pp. 01-104, 1922.
- FILESI, Teobaldo. *China and Africa in the Middle Ages*. London, F. Cass, 1970.
- HEGEL, G. W. F. [1953] *Reason in History: A General introduction to the philosophy of history*. Indianapolis; Bobbs Merrill and Co, 1837.
- HOLL, A. F. C. African History: Past, Present and Future? The Unending Quest for Alternatives. In: SCHMIDT, P. e PATTERSON, T. *Making Alternatives Histories: The Practice of Archaeology and History in Non-Western Settings*, Santa Fé, School of American Research Press, 1995, pp. 183-211.
- _____. *West African Early Towns: Archeology of Households in Urban Landscapes*. Ann Arbor: The University of Michigan Museum of Anthropology, 2006a.
- _____. The Difficult Path of France/Africa Scientific Cooperation. Review Article of "Du Nord au Sud du Sahara: Cinquante Ans d'Archéologie Française en Afrique de l'Ouest et au Maghreb". *Journal of African Archaeology*, v. 4, n. 1, pp. 153-198, 2006b.
- _____. Worldviews, mind-sets, and trajectories in West African Archaeology. In: SCHMIDT, P. R. *Postcolonial archaeologies in Africa*. Santa Fé, School of Advanced Research, 2009, pp. 129-148.

- KAREGA-MUNENE; SCHMIDT, P. Postcolonial Archaeologies in Africa: Breaking the Silence. *African Archaeological Review*, n. 27, pp. 323-337, 2010.
- KRISTOF, Nicholas D. The Prequel. *New York Times Magazine*, June 6, 1999.
- LEVANTHES, Louise. *When China Ruled the Seas: The Treasure Fleet of the Dragon Throne, 1405-1433*. Oxford, Oxford University Press, 1997.
- LUBEC, G., HOLAUBEK, J., FELDL, C. et al. Use of silk in ancient Egypt. *Nature* 362, 25, 1993.
- MUDIMBE, V. Y. *The Invention of Africa: Gnosis, Philosophy, and the Order of Knowledge*. Bloomington, Indiana University Press, 1988.
- MVENG, Engelbert. *Greek Sources of African History: From Homer to Strabo*. London: Karnak House, 2005
- NIETZSCHE, F. *On the Genealogy of Morality*. Cambridge, Cambridge University Press, 2005.
- PRINSLOO, L. C.; WOOD, M.; LOUBSER, S. M. C.; VERRYIN, S.; TILEY, S. Re-dating of celadon shards excavated on Mapungubwe Hill, a 13th century Iron Age site in South Africa, using Raman spectroscopy, XRF and XRD. *Journal of Raman Spectroscopy*, v. 36, n. 8, aug., 2005, pp. 806-816.
- RATZEL, F. *Anthropogeographie*. (3 vols.). Stuttgart, J. Engelhorn. 1882-1891
- RIBAO, Renmin. [*China Newspaper*]. April, 1993.
- SCHMIDT, Peter R. (ed). *Postcolonial archaeologies in Africa*. Santa Fe, School of Advanced Research, 2009a.
- . What is postcolonial about archaeologies in Africa? In: ———. *Postcolonial archaeologies in Africa*. Santa Fe, School of Advanced Advanced Research, 2009b.
- SCHMIDT, Peter R.; PATTERSON, Thomas. C. *Making alternative histories: The practice of archaeology and history in non-western settings*. Santa Fe: School of Advanced Research, 1995.
- STAHL, A. Review of Postcolonial Archaeologies in Africa. *African Archaeological Review*, n. 27, pp. 165-168, 2010.
- SUTTON, J. E. G. Book Review (Researching Africa's Past: New Contributions from British). *The African Archaeological Review*. Vol. 22, No. 1 Mar., 2005, pp. 55-59.
- TALIB, Y. e SAMIR, F. The African Diaspora in Asia. In: FASI, M. e HRBEK, I. *General History of Africa III: Africa from the Seventh to the Eleventh Century*. Oxford, Berkeley, Paris; Heinemann, California University Press, and UNESCO, pp. 704-733, 1988.
- VIVIANO, Frank. China Great Armada. *National Geographic*, v. 208, n. 1, jul. 2005, pp. 28-53.
- WHEATLEY, P. Geographical Notes on some commodities involved in the Sung Maritime. *Journal of the Malayan Branch of the Royal Asiatic Society*, v. 32, n. 2, 1961.

Recebido em: 02/12/2020

Aprovado em: 21/12/2020

Como citar este artigo:

HOLL, Augustin F. C. Pesquisa em Ciências Sociais e Humanas na/ sobre a África: Buscando por alternativas. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 10, n. 3, set.- dez. 2020, pp. 1019-1044.